

## UNIPAC

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

### O PAPEL SOCIAL DESTINADO ÀS MULHERES NA SOCIEDADE: NATUREZA OU APRENDIZAGEM?<sup>1</sup>

Amanda Terra Garcia\*

Ana Clara Moraes Sogno\*\*

Eloisa Aparecida de Castro\*\*\*

### RESUMO

*A contemporaneidade é demarcada por uma diversidade de arranjos e formas de ser. Nesse contexto, a mulher exerce uma gama de funções, as quais, muitas vezes, perpassam por uma desigualdade de gênero. Apesar das conquistas femininas nos últimos séculos, ainda há resquícios da opressão masculina nas relações contemporâneas. Diante disso, o presente trabalho tem como tema os papéis sociais destinados às mulheres na sociedade. Tem-se, como principal objetivo, compreender a construção social destes papéis, na qual a cultura se utiliza da educação para naturalizar e cristalizar um ideal de gênero. Para tal, foi realizada uma revisão narrativa de literatura. Compreendeu-se, a partir desta pesquisa, que somente com reivindicações feministas e a partir da consciência de si, é possível uma mudança de cenário.*

**Palavras-chave:** Papéis sociais – gênero – educação – naturalização – patriarcado.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender se os papéis sociais atribuídos às mulheres, como os de mães, esposas e donas de casa, se constituem de forma natural ou se são construídos através da aprendizagem. Parte-se do pressuposto de que os papéis sociais e as funções destinadas à mulher são frequentemente discutidos numa dicotomia entre suas origens, o que pode gerar e banalizar as desigualdades de gênero.

---

<sup>1</sup> TCC em formato de artigo, apresentado ao Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

\*Acadêmica do 10º período do Curso de Psicologia do UNIPAC Barbacena. Email: amandaterragarcia1@gmail.com.

\*\* Acadêmica do 10º período do Curso de Psicologia do UNIPAC Barbacena. Email: clarinhasogno@gmail.com

\*\*\* Orientadora, psicóloga, mestre em psicologia, docente no curso de Psicologia do UNIPAC Barbacena.

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

Para o desenvolvimento de tal estudo, a metodologia utilizada será a revisão narrativa de literatura, na qual utilizaremos a Psicologia Social como base, através da teoria de Silvia Lane em sua obra “O Que é Psicologia Social”. Além disso, serão englobados conceitos essenciais como papéis sociais, gênero, educação e patriarcado para compreender as representações envolvidas no processo de constituição subjetiva da mulher.

A fim de contextualizar o processo histórico por meio do qual os papéis femininos e masculinos são construídos, utilizaremos bibliografias que fazem uma linha do tempo e estabelecem análises culturais e sociais das características atribuídas aos gêneros, tal como a historiografia de Mary Del Priore, “Sobrevivente e Guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000”. Dessa forma, consideraremos as influências culturais na construção do lugar destinado a mulher desde o paleolítico até os dias atuais, em uma análise que engloba fatores econômicos, políticos e sociais.

Além disso, para compreender como a cultura se estabelece de forma a idealizar determinados papéis sociais às mulheres, faremos uma comparação entre as diferentes formas de educação destinadas a meninas e meninos, abarcando a maneira a qual a educação reproduz os papéis sociais designados culturalmente, na perspectiva de Valeska Zanello em sua obra “Saúde Mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação”. Ademais, faremos um recorte utilizando o conceito de educação de Paulo Freire, através de suas obras “Pedagogia da Autonomia” e “Pedagogia do Oprimido”, além de abordar a educação como transmitida pelos grupos sociais, como a família e a escola, através da socialização primária e secundária, respectivamente.

Outrossim, buscaremos compreender de que forma a educação e a concretização de papéis sociais endossam a desigualdade de gênero, que surge como margem para justificar a violência, as diferenças salariais e a falta de representatividade. Para atingir tal objetivo, traremos a perspectiva das relações de dominação e sua relação com o patriarcado, na perspectiva de

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

Pedrinho Guareschi em seu texto “Relações comunitárias – Relações de Dominação”.

O presente trabalho se justifica pela necessidade de se discutir sobre os papéis sociais destinados às mulheres, de forma a colocar em perspectiva os condicionantes históricos, culturais e sociais que contribuem para a naturalização da desigualdade de gênero. Frente às problemáticas encontradas pela mulher na contemporaneidade, tais como a imposição de papéis sociais a serem desempenhados, a violência de gênero, o feminicídio e a desigualdade de oportunidades, faz-se necessário compreender e explicitar a construção histórica dos papéis femininos e masculinos, gerando discussões e buscando modificações nesse cenário.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para desenvolvermos uma discussão que abarque os processos de subjetivação dos papéis sociais atribuídos à mulher, deve-se considerar que este é um fenômeno complexo que envolve variáveis diversas. Nesse sentido, partimos da noção de sujeito biopsicossocial, o qual transforma e é transformado pelo mundo. A discussão sobre a função e as atribuições da mulher na sociedade toma, muitas vezes, um caráter contraditório, o que nos faz estabelecer a problemática de como a educação, transmitida culturalmente através das instituições (família, escola, serviços públicos etc.), demarca os papéis sociais a serem desempenhados por homens e mulheres de forma a naturalizá-los.

A partir disso, lançamos a hipótese de que a cultura tem como tendência naturalizar, a partir de uma justificativa biologicista, os papéis sociais que as mulheres devem exercer, o que, muitas vezes, é utilizado pelo patriarcado para justificar as violências e desigualdades sofridas. É nesse sentido que exploraremos, nos tópicos seguintes, como se deu essa

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

construção e quais as suas vicissitudes, tendo em vista que tal reflexão é essencial para a atuação do Psicólogo nos mais variados contextos. Dessa forma, a necessidade de compreender como se dá a construção dos papéis sociais da mulher foi o ponto norteador do presente trabalho, tendo em vista que estes podem impactar diretamente em sua constituição subjetiva e psíquica.

#### **1.1 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PAPEL SOCIAL DA MULHER**

Para compreendermos como os papéis sociais atribuídos à mulher foram construídos ao longo da história, é preciso traçar uma linha temporal que abarque as influências econômicas, religiosas e sociais envolvidas neste processo. Tendo em vista que o Brasil é um país miscigenado<sup>2</sup> por diversas etnias, incluindo as indígenas, portuguesas e africanas, é essencial comparar os papéis da mulher em cada uma dessas culturas para compreender como os costumes e as tradições influenciaram no processo de construção do papel feminino no cenário brasileiro, desde 1500 até os dias atuais. Cumpre frisar que uma análise extensa destes fatores foge do escopo do nosso trabalho. Entretanto, escolhemos utilizar referências que trazem uma pesquisa minuciosa de tais elementos, como a historiografia feita por Del Priore (2020) em “Sobreviventes e Guerreiras”, que abarca noções essenciais para o entendimento da construção social do feminino.

Estudos indicam que a divisão sexual do trabalho se iniciou na era paleolítica, na qual os homens eram responsáveis por trabalhos mais pesados, como o de caça, e as mulheres eram preservadas, o que garantia a reprodução (Del Priore, 2020). Apesar disso, as mulheres se encarregavam “do preparo de

---

<sup>2</sup> De acordo com Silva e Silva (2005, p. 290), a miscigenação se define como a “mistura de seres humanos e de imaginários”. Nesta perspectiva, não consideramos a noção de democracia racial estabelecida por Gilberto Freyre, tendo em vista que esta contribui para o apagamento da violência racial.

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

alimentos, da manutenção do fogo e do trabalho de fiação, de tecelagem e cerâmica, [...], colaboravam com colheita de frutos e captura de pequenos animais” (Del Priore, 2020, p. 11). Isso indica que as mulheres tinham um espaço no trabalho e na contribuição para a subsistência para além do cuidado da prole. Entretanto, “o crescimento demográfico no neolítico constituiu uma ruptura na história das mulheres, que se tornaram cada vez mais ‘mães’.” (Del Priore, 2020, p. 12). A divisão sexual do trabalho se tornou uma condição para a manutenção da espécie, mas, após o crescimento demográfico, as diferenças biológicas entre homens e mulheres começaram a ser utilizadas para justificar e naturalizar a mulher no papel de mãe e de cuidadora do lar.

Esta construção acabou por influenciar no estabelecimento de uma visão inferiorizada da mulher na sociedade, enquanto o homem ganhava local de destaque. É possível identificar esse entendimento acerca da mulher quando analisamos as obras de alguns filósofos gregos. Aristóteles (2001, p. 61), por exemplo, postulava que “o macho tem sobre a mulher uma superioridade natural, e um é destinado por natureza ao comando, e o outro a ser comandado”, o que corrobora para o entendimento da inferioridade e subordinação feminina como naturais desde a Grécia Antiga.

Na Idade Moderna, é possível identificar que a Igreja Católica e outras instituições religiosas como o Protestantismo disseminaram um ideal de mulher a ser seguido. A mulher era vista como um ser responsável pelos pecados do mundo, ideia advinda da história de Eva e do fruto proibido, que devia se redimir através da domesticação de seu corpo e subjugação ao homem:

Para Lutero, as mulheres haviam sido criadas somente com o propósito de servirem aos homens e ser suas ajudantes. A desigualdade na questão da autoridade era uma estrutura mental enraizada também no mundo protestante. Não faltaram, na Europa do Norte, como no mundo ibérico, manuais orientando-as a obedecer ao marido, jamais dispor de seus bens sem consentimento dele e não se levantar da mesa sem sua anuência. (Del Priore, 2020, p. 19)

A imagem da mulher “santa” foi, então, sendo construída a partir do poder religioso. Nesse sentido, o lar começa a ser destinado à mulher, que

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

deveria apresentar todas as características de docilidade, maternidade e santidade. Como observa Rocha-Coutinho (1992, p. 34):

A fim de se assegurar sua permanência no espaço fechado do lar, começam, a partir de então, a ser demarcadas para as mulheres certas características e capacidades especificamente femininas, entre elas a relação natural com a criança, que elevou a maternidade à função primeira de toda mulher e, mais que isso, atribuiu ao sentimento materno um "caráter inato" e, portanto, compartilhado por todas as mulheres. E assim que características biológicas - a maternidade inscrita no corpo feminino - passam a assumir um significado social.

É dessa forma que a naturalização do papel de mãe ocorre, ao passo que a mulher apenas poderia ganhar prestígio e reconhecimento ocupando este lugar. Rocha-Coutinho (1992) coloca, ainda, que essa naturalização contribuiu para o ocultamento das relações de poder estabelecidas na sociedade, tornando invisível a regulação dos desejos femininos, de forma que a subordinação feminina aparece como "tendência instintiva da mulher, como um 'deve ser' [...]". Tal postura implica o desprezo do próprio desejo frente aos desejos dos outros e a aceitação de um lugar secundário" (Rocha-Coutinho, 1992, p. 38). Essa postura, subjetivada por muitas mulheres, teve como consequência o entendimento de que elas não teriam outros destinos se não os domésticos, o que fez com que houvesse um não questionamento deste lugar a elas atribuído.

O homem, neste momento histórico, já era detentor de poder e de privilégios, os quais aumentaram com a concretização da estrutura patriarcal. Del Priore (2020) aborda o conceito de patriarcado como um sistema no qual a autoridade do chefe de família é venerada, e essa estrutura foi enraizada não só no contexto europeu, mas também no Brasil a partir da colonização e da catequização.

Segundo Del Priore (2020), antes da invasão dos portugueses ao Brasil, as mulheres indígenas contribuíam em múltiplos trabalhos a fim de manter o sustento da tribo, e a sexualidade era abordada de forma liberal. Podemos perceber, a partir disso, que as noções de sexualidade feminina de cada

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

cultura eram inscritas de forma diferente, o que demonstra o caráter social deste fator. Enquanto isso, as mulheres africanas tinham poder político e social, mas não tinham liberdade sexual (Del Priore, 2020). É possível identificar, a partir destes fatos históricos, que cada cultura tinha seu ideal de mulher, divergindo entre si em diversos aspectos, tais como as relações de poder, a sexualidade e a maternidade.

Todos estes fatores são culturais, ou seja, foram construídos socialmente, e contribuíram para a constituição da mulher brasileira e de seus papéis sociais. A partir da miscigenação, uma diversidade de arranjos familiares e conjugais se fizeram possíveis e as mulheres nem sempre se contentaram com o papel destinado a elas:

Apesar de uma mentalidade patriarcal e misógina que via na mulher um ser inferior física e mentalmente, os fermentos da colonização resultaram em outra receita: famílias que tiveram à frente mulheres enérgicas, donas de forte personalidade que se distinguiram como esposas, filhas e amantes e viúvas, muitas delas detentoras de propriedades, bens, terras e escravos, com autoridade consagrada por aqueles de quem se ocupavam (Del Priore, 2020, p. 41)

Del Priore (2020) demonstra que existiram muitas mulheres brasileiras (fossem brancas, negras ou pardas) responsáveis pela gerência de terras, escravos e negócios, o que é de suma importância para pensarmos nas produções femininas e na não conformação de muitas mulheres aos papéis impostos. A visão da mulher como passiva acaba por invisibilizar suas conquistas. Entretanto, a naturalização destes papéis fazia com que muitas delas internalizassem o modelo ideal de mulher. A partir do século XVII, a colônia começou a se desenvolver cada vez mais, e o papel das mulheres foi se naturalizando, perpassando também uma perspectiva de classe:

As mulheres de classe mais abastada não tinham muitas atividades fora do lar: eram treinadas para desempenhar o papel de mães e exercer as prendas domésticas. As menos afortunadas, viúvas ou membros da elite empobrecida, faziam doces por encomenda, arranjos de flores, bordados a crivo e davam aulas de piano e solfejo, ajudando, assim, na criação e na educação da numerosa prole que costumava cercá-las. (Del Priore, p. 66)

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

Isso nos indica que nem sempre os papéis foram impostos da mesma forma às mulheres, tendo em vista a diversidade de classes, etnias e raças das mulheres brasileiras. Del Priore (2020) coloca que muitas mulheres participaram do processo de Independência do Brasil, através de manifestações políticas. Além disso, a autora demonstra, ainda, que as mulheres escravizadas conheciam as leis e estudavam as brechas para pleitear a liberdade, além de fazerem parte do movimento abolicionista (Del Priore, 2020).

Na era Imperial, as mulheres começam a lutar por uma ampliação de seus papéis na sociedade. Com isso, conquistaram empregos em ferrovias, correios, área de produção, enfermagem, entre outros (DeSouza, Baldwin e Rosa, 2000). Com a urbanização do cenário brasileiro no século XIX, a mulher foi ganhando maior espaço social, saindo do espaço privado para o público, além de estar mais inserida nos processos educativos que surgiram com a escolarização. O modelo patriarcal, entretanto, ainda reinava, e existiam muitas restrições às mulheres, tais como a sexualidade e a política (Del Priore, 2020).

É nesse cenário que o feminismo surge e traz consigo reivindicações. Del Priore (2020), considera que nos anos 1930, as relações existentes entre homens e mulheres sofrem transformações, na medida em que as mulheres começam a assumir lugares que até então eram destinados apenas ao poder masculino.

Nesse viés, alguns dos pontos considerados também essenciais para a batalha feminista e para consequente emancipação das mulheres diz respeito ao direito a educação, remuneração e meios de trabalho equiparados. “Na década de 1930, a conjunção da mudança do regime político e as pressões do movimento feminista permitem que, de alguma forma, a representação política feminina entre em pauta” (Aflalo, 2018, p. 343). Nesse cenário, o direito ao voto, conquistado através do Código de 1932, fez com que houvesse uma mudança na participação política da mulher e em suas funções sociais. Celina Guimarães Viana (1890-1972) foi a primeira mulher a votar, enquanto Carlota

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

Pereira de Queirós (1892-1982) foi a primeira deputada federal do Brasil e, como indica Machado (2005, p. 199),

Carlota flexibilizou as fronteiras de gênero de sua época. Ao circular por espaços até então vistos como prioritariamente masculinos, Carlota teve que construir estratégias de sobrevivência para poder enfrentar as reações muitas vezes misóginas e sarcásticas.

É possível identificar, portanto, que a busca por outros lugares e posições na sociedade não foi feita sem luta e desafios. No decorrer dos anos, alguns marcos importantes para a luta feminista foram acontecendo. No fim dos anos 1930 e 1940, o avanço das comunicações, a urbanização e a industrialização traziam consigo algumas mudanças na estrutura social. No entanto, a noção de que existiam comportamentos considerados naturais para homens e mulheres permanecia. Nota-se que a sociedade tinha medo da transformação que poderia vir a acontecer nas relações de poder, visto que era notório o declínio da vida rural e do modelo da família patriarcal (Del Priore, 2020). Dessa forma, em meados do século XX, ainda existia a perspectiva de que ser mãe e dona de casa era natural da mulher, e trabalhar caberia aos homens.

Del Priore (2020) afirma que a pílula anticoncepcional e a emancipação feminina trouxeram mudanças significativas nas relações e nos papéis femininos a partir da década de 1960. Ainda de acordo com a autora, “o crescimento de mulheres no mercado de trabalho, o progresso científico, a contracepção, a liberalização dos costumes e o divórcio mudaram definitivamente a cara do casamento e da família” (Del Priore, 2020 p. 235). Além de revolucionar, impedindo a gravidez, o surgimento da pílula também foi um marco para a liberação sexual, onde foi dado o direito ao prazer e a sexualidade feminina, embora seja notável que a assimetria existente entre homens e mulheres não foi banida, uma vez que a dominação masculina permanece.

A partir da segunda metade do século XX, chega no Brasil uma segunda onda do movimento feminista, onde o corpo e o prazer feminino estavam em

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

pauta. Formaram-se então os grupos de consciência, local destinado a debates acerca da cultura da dominação (Del Priore, 2020). A autora destaca que a maior e mais importante de todas as transformações dessa época vêm a ser “o reconhecimento de outras maneiras de ser mulher, para além das funções idealizadas de esposa, mãe e dona de casa” (Del Priore, 2020, p. 232). É nesse contexto que surge o conceito de gênero, que será discutido adiante.

Em primeira instância, cabe ressaltar que conceitos possuem significados diversos e advêm de um processo de construção histórica. Dessa forma, não é possível que existam significados fixos para eles, visto que sofrem alterações de acordo com o contexto social estabelecido em determinadas épocas. O conceito de gênero, portanto, passou por algumas alterações ao longo do tempo até chegar no que é conhecido nos tempos atuais (Scott, 1995).

Embora existam várias definições distintas do que venha a ser gênero, para o presente trabalho, foi escolhida como referência a conceituação estabelecida por Joan Scott. De acordo com a historiadora (1995), uma das significações mais recentes de gênero surge com o movimento feminista, utilizada com o intuito de fazer referência a organização social da relação existente entre os sexos. Na gramática, por sua vez, determinado conceito funciona como um sistema consensual na sociedade, referente a uma forma de classificar as distinções existentes entre os fenômenos. Para Scott (1995, p. 75):

O termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm força muscular superior.

A partir desse viés, o termo emerge como instrumento para apontar as “construções culturais”, uma vez que os ideais do que vem a ser adequado ao papel do homem e ao da mulher surgem através de uma criação totalmente social. Dessa forma, “gênero” indica que as identidades subjetivas dos seres

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

humanos possuem bases sociais, que atuam sobre corpos sexuados. Scott (1995) considera então que, a partir dessa palavra, é possível diferenciar a prática sexual dos papéis sexuais que são impostos aos sujeitos, feminino e masculino. Com isso, vê-se que através dessa perspectiva há uma repulsa contra as explicações biológicas que colocam justificativas para a subordinação das mulheres.

Portanto, embora alguns pesquisadores saibam que existe uma relação entre sexo e os “papéis sociais”, conceito que será melhor detalhado adiante, não há algo que os une de forma direta. Melhor dizendo, por mais que o conceito de gênero diga de um sistema de relações que podem incluir o sexo, não é apenas este que determina a sexualidade e os vínculos estabelecidos (Scott, 1995). Como defende Beauvoir (1967, p. 9), “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário”. Por isso, pode-se dizer que a construção da identidade de gênero, tanto feminina quanto masculina, é perpassada por fatores socioculturais, como o sistema patriarcal.

Na contemporaneidade, o papel da mulher é atravessado pela questão da internet e das mídias sociais, além de se constituir a partir das novas formas de trabalho. Como coloca Borges (2013, p. 77):

a valorização do trabalho, da profissão e da independência exerce grande impacto na estruturação das trajetórias de vida das mulheres contemporâneas, ao mesmo tempo em que gera um redimensionamento da importância dos papéis de mulher “dona de casa” e de “mãe” na identidade feminina.

A dupla jornada de trabalho feminino, na qual a mulher cuida da casa, dos filhos e ainda tem um emprego, é um fator que faz com que muitas mulheres se sintam invisíveis e sobrecarregadas. Com estes papéis naturalizados, a responsabilidade de cuidar recai toda sobre a mulher, que além disso, trabalha fora. As redes sociais contribuem, ainda, para uma romantização dos papéis, e para a idealização da vida feminina. É nesse

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

sentido que há uma pressão social em torno da mulher, que deve ser “tudo aquilo que esperam dela e que lhe foi atribuído historicamente, ao mesmo tempo em que se aguarda que ela seja inovadora e polivalente, sendo descentrada à sua maneira de ser” (Pinto, 2005, p. 139).

É possível perceber, portanto, que os papéis sociais femininos mudaram ao longo do tempo, mas os resquícios da naturalização deles ainda estão presentes na subjetividade das mulheres. Além disso, a cultura e a educação ainda reproduzem os ideais de mulher dos séculos passados, apesar das transformações ocorridas na contemporaneidade, como veremos no tópico seguinte.

## **1.2 A EDUCAÇÃO COMO REPRODUTORA DE PAPÉIS SOCIAIS**

Inicialmente, é importante identificar sob qual ótica utilizamos o conceito de papéis sociais. Para tal, e com o objetivo de compreender como eles possuem influência direta e indireta nas educações destinadas a meninas e a meninos, utilizamos como principal referência a Psicologia Social, através das obras de Silvia Lane. Lane (2006), em sua obra “O que é Psicologia Social”, defende que, para que o ser humano sobreviva, ele necessita de outras pessoas desde o momento em que nasce, o que faz com que toda sua vida seja marcada pelos grupos sociais aos quais ele pertence. Dessa forma, os sujeitos nascem já estando inseridos em um contexto histórico e em uma cultura que determinará quais caminhos ele tem a possibilidade de seguir no decorrer de sua vida.

Num segundo momento, é importante esclarecer o conceito de educação utilizado no presente trabalho, e, nesse sentido, a teoria de Paulo Freire foi escolhida para conceituá-la. Em sua obra “Pedagogia da Autonomia”, Freire (1996) postula que a educação é uma forma de intervenção no mundo, sendo uma ação especificamente humana que tem caráter político e ideológico. Com isso, entendemos que, tanto a educação pedagógica, quanto a educação transmitida culturalmente pelos grupos sociais e familiares, estão inseridas em

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

um contexto que ditará seu funcionamento e seu conteúdo, não sendo possível terem um caráter neutro. Freire (1981, p. 94) defende, nessa perspectiva, que “numa sociedade de classes, são as elites do poder, necessariamente, as que definem a educação e, conseqüentemente, seus objetivos. E estes objetivos não podem ser, obviamente, endereçados contra os seus interesses”. É essa concepção que nos permite questionar o papel da educação tanto como transformadora da realidade, sendo libertadora, quanto mantenedora da dominação<sup>3</sup>.

Freire (1987) traz, além disso, o entendimento de que a educação bancária, ou seja, aquela que visa um depósito de conteúdos no educando, muito presente no modelo escolar brasileiro, não proporciona um processo reflexivo e transformador. Assim, há um favorecimento da dominação e da opressão, seja num recorte de classes, raça ou etnia, seja no nosso recorte de estudo, o de gênero. Freire (1987, p. 40) postula que

a educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens

É importante pontuar que, nesse entendimento, a educação não é somente ferramenta da dominação, mas também ferramenta da libertação social, o que demonstra seu duplo viés. Nesse sentido, consideramos que a educação é realizada através de uma relação entre os indivíduos, mediatizada pelo mundo. Dois grupos extremamente importantes no processo de socialização são a família e a escola, e, por isso, suas características serão discutidas a seguir. Lane (2006) destaca que a família é controlada a partir de leis, normas e costumes, que determinam o que cada membro possui como direito e dever diante do papel designado a ele. Um exemplo é o modelo da família nuclear, no qual cabe ao homem a autoridade e, à mulher, a submissão e a responsabilidade acerca do cuidado com os filhos.

---

<sup>3</sup> Dominação, como denomina Guareschi (2007), é a relação assimétrica entre pessoas e/ou grupos, na qual uma das partes expropria o poder da outra.

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

A partir desse viés, vê-se a consolidação de uma perspectiva que coloca determinadas características físicas e comportamentais como ideais ao homem e à mulher, em busca de manter o modelo padrão de família (Lane, 2006). Como consequência disso, forma-se em cada indivíduo a constituição de quais valores devem ser seguidos, estes que são introjetados de tal forma, que, apesar de parecerem naturais, não são, pois advém de uma construção cultural e histórica.

Diante disso, a partir de uma construção histórica, são instituídas normas sobre os comportamentos dos sujeitos, a fim de garantir que haja uma manutenção social. Tais normas ou regras caracterizam o que é denominado papel social e também, por consequência, as relações sociais (Lane, 2006). Por conseguinte, há a imposição de como deve ser desempenhado o papel das mulheres como mães e esposas, existindo assim um ideal que sustenta a forma como estas devem agir de acordo com o lugar que ocupam culturalmente. Essa imposição ocorre, na maioria das vezes, de forma velada, através da educação transmitida pelos grupos familiares e sociais, pela escola e pelas instituições, como defende Lane (2006, p. 22):

É nesse sentido que questionamos quanto a “identidade social” e “papéis” exercem uma mediação ideológica, ou seja, criam uma “ilusão” de que os papéis são “naturais e necessários”, e que a identidade é consequência de “opções livres” que fazemos no nosso conviver social, quando, de fato, são as condições sociais decorrentes da produção da vida material que determinam os papéis e a nossa identidade social.

Há uma tendência à naturalização<sup>4</sup> dos papéis femininos, e percebemos isso ao identificarmos que ser mãe, por exemplo, é uma construção social e afetiva, mas é considerado algo natural da mulher pela sociedade. O fato de ter um útero e o aparato biológico para gerar um filho é utilizado como justificativa para que o papel de ser mãe seja identificado como inato à mulher. Beauvoir (1967, p. 21) defende essa perspectiva quando postula que:

---

<sup>4</sup> Naturalização, de acordo com Thompson (1995), é uma estratégia ideológica, que tem como objetivo transformar um processo que é social e histórico em uma condição natural, tratando-a como produto inevitável de características naturais.

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

a passividade que caracterizará essencialmente a mulher "feminina" é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade.

Deste modo, os comportamentos humanos são guiados por aquilo que a sociedade espera de cada sujeito, a fim de manter um estado de coisas, ou seja, o status quo, visando a manutenção da dominação e reprimindo o pensamento crítico. De acordo com Thompsom (1995, p. 73) a "ideologia pode ser necessária tanto para manter submissos os grupos, em sua luta contra a ordem social, como para os grupos dominantes, na sua defesa do status quo", o que nos indica que os papéis sociais são utilizados de forma a manter representações e relações de dominação. Essa lógica atravessa também as relações de gênero.

Nesse sentido, as práticas sociais se utilizam daquilo que é cultural e historicamente construído para cristalizar os papéis e, conseqüentemente, fazer com que haja uma naturalização e introjeção deles. Isso ocorre de forma a privilegiar os homens, tendo em vista que as relações de gênero são também relações de poder. Lane (2006, p. 23) identifica, nessa perspectiva, que

nossos papéis e a nossa identidade reproduzem, no nível ideológico (do que é "idealizado", valorizado) e no da ação, as relações de dominação, como maneiras "naturais e universais" de ser social, relações de dominação necessárias para a reprodução das condições materiais de vida e a manutenção da sociedade de classes onde uns poucos dominam e muitos são dominados.

Assim, os papéis sociais são mantidos e reproduzidos de forma a manter o status quo, no qual os homens dominam e as mulheres são dominadas, conforme explicitado no tópico anterior. A educação é utilizada para esta manutenção.

Zanella (2018) defende que a educação de meninas é influenciada por dois grandes dispositivos<sup>5</sup>: o amoroso e o materno, os quais são constituintes

---

<sup>5</sup> Dispositivo, no sentido utilizado pela autora, advém da ideia de Foucault (1996, p. 244), que o define como "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas,

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

da subjetividade feminina e influenciam diretamente em suas formas de ser. Esses dispositivos são capazes de criar sentidos, significados, regras e determinantes culturais que irão influenciar na forma a qual os sujeitos vivem.

Zanello (2018) apresenta, ainda, a perspectiva das tecnologias de gênero, que veiculam uma imagem feminina idealizada por meio de revistas, jornais, novelas e livros, determinando como a mulher deve ser e o que ela deve pensar e fazer para ter valor na sociedade. Tal ideal de mulher é veiculado desde a infância através das brincadeiras destinadas às meninas, como por exemplo o brincar de casinha e de boneca, relacionado ao cuidado com a casa e com os filhos; além de estar presente em outros aspectos da cultura que proporcionam uma aprendizagem por parte das mulheres. A autora coloca que “o processo de interpelação da performance do cuidar ocorre desde o dia em que nascemos, por meio das brincadeiras que recebemos” (Zanello, 2018, p. 150). Nesse sentido, podemos dizer que o dispositivo materno age desde a infância, de forma a ensinar o papel social a ser desempenhado pelas mulheres.

Em sentido semelhante, Iaconelli (2023) aborda a noção de maternalismo. Para a autora (2023, p. 5) “o maternalismo é o discurso através do qual a sociedade justifica e reitera o lugar das mulheres – reduzidas à função de mães e trabalhadoras domésticas não remuneradas”, o que gera a internalização, por parte das mulheres, de que esse é o papel que elas devem desempenhar, não abrindo espaço para novas possibilidades de ser.

A educação de meninos, por outro lado, perpassa as noções de eficácia tanto sexual quanto laborativa (Zanello, 2018). Em perspectiva análoga, Welzer-Lang (2001, p. 462) defende que “... para ser um (verdadeiro) homem, eles devem combater os aspectos que poderiam fazê-los serem associados às mulheres”, o que demonstra uma criação masculina que gira em torno da virilidade e da masculinidade. O masculino, dessa forma, é estruturado a partir

---

enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo.”

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

de uma hierarquia, onde, se não provarem que são “verdadeiros homens”, são considerados inferiores e fracos, características associadas às mulheres, demonstrando seu caráter de menos valia perante a sociedade.

Zanello (2018) evidencia também a perspectiva da subjetivação feminina no que concerne ao dispositivo amoroso, que se constitui a partir do “ser escolhida” ao invés de “escolher”. A subjetividade feminina, portanto, perpassa as formas educativas que dizem que o único meio de uma mulher conquistar prestígio social é através do relacionamento amoroso heterossexual, e seu valor se encontra em sua capacidade de atrair e manter um homem. Essa divergência na educação de meninos e meninas faz com que haja uma diferença de subjetivação de seus papéis sociais: “as mulheres têm seu processo de subjetivação marcado assim pelo hetero-centramento, diferentemente dos homens, cujo processo passa pelo autocentramento” (Zanello, 2018, p. 154). É nesse sentido que podemos ponderar acerca da lógica do cuidado designada às mulheres socialmente, visto que enquanto elas introjetam que devem se voltar para o outro, os homens são ensinados a voltarem-se a si próprios.

Diante disso, pode-se colocar em perspectiva o motivo de o modelo nuclear de família ser tão conservador, uma vez que seu objetivo é fazer com que os papéis sociais desempenhados no âmbito familiar sejam mantidos, ou seja, não deve haver questionamentos sobre a realidade. Entretanto, os valores familiares adquiridos na socialização primária podem ser reforçados ou confrontados quando o sujeito é inserido no ambiente escolar, caracterizando a socialização secundária, na qual o indivíduo percebe que possui outras alternativas de visões de mundo, ou internaliza os papéis a ele destinados. Lane (2006, p. 46) pondera que:

Da mesma forma que a família, a educação também é institucionalizada, ou seja, princípios, objetivos, conteúdos, direitos e deveres são definidos pelo governo a fim de garantir que, em todos os níveis, ela reproduza conhecimentos e valores, necessários para a “transmissão harmoniosa da cultura, produzida por gerações anteriores, para as novas, garantindo o desenvolvimento de novos conhecimentos, necessários para o progresso do país.

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

Dessa forma, a educação veiculada nas escolas também é perpassada pela noção de dominação social, que também são relações de dominação entre os gêneros. Os conteúdos e princípios ensinados são demarcados por questões ideológicas, inseridas num contexto histórico e social, e contribuem para a manutenção dos ideais daqueles que dominam. Nesse sentido, a escola cumpre, também, um papel marcado por expectativas de gênero, o que limita as aprendizagens e experiências de vida de meninas e meninos (Lins, Machado e Escoura, 2016). As autoras exemplificam a concepção de que “matemática é coisa de menino”, e de que as meninas são mais caprichosas (Lins, Machado e Escoura, 2016), discurso propagado socialmente e que demarca as possibilidades de cada gênero numa perspectiva naturalizante. As escolas e a educação formal, ou seja, a socialização secundária, também contribuem para concretização dos dispositivos amoroso e materno, tendo em vista que “os livros didáticos se constituem como poderosa tecnologia de gênero, eficaz na interpelação de certas performances e na configuração de certas emoções” (Zanello, 2018, p. 151).

Pode-se dizer, assim, que “as mulheres aprendem a se responsabilizar pela economia afetiva das relações e por sua manutenção” (Zanello, 2018, p. 269), o que está relacionado tanto ao dispositivo amoroso, no que concerne as relações afetivas, quanto ao dispositivo materno, que naturaliza o lugar da mulher como mãe e cuidadora do lar. Nesse sentido, existe uma pressão para que a mulher exerça essas funções, de forma a anular seus outros desejos e a limitar sua inserção em outros ambientes. Portanto, como veremos no tópico a seguir, a imposição e consequente subjetivação de papéis sociais através da educação abre a possibilidade de sofrimento psíquico por parte das mulheres, além de favorecer o crescimento de desigualdades sociais enraizadas e das violências de gênero.

### **1.3 AS IMPLICAÇÕES DO PATRIARCADO NAS REALIDADES CONCRETA E SUBJETIVA DAS MULHERES**

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

Para que seja possível compreender de que forma a imposição de ideologias e padrões desenvolvidos a partir da cultura contribuem para aumentar as desigualdades de gênero, faz-se necessário pensar nas relações de dominação. Primeiramente, Guareschi (2007) pondera que é importante distinguir os termos “poder” e “dominação”, visto que o primeiro diz respeito a realizar uma ação, sendo possível para todos os indivíduos em certa medida; enquanto o segundo diz de uma relação desigual entre sujeitos, onde um destes domina e expropria do poder do outro.

Um outro conceito importante de ser delimitado é o de ideologia, que, de acordo com Guareschi (2007, p. 91), define-se como “o uso, o emprego, de formas simbólicas (significados, sentidos) para criar, sustentar e reproduzir determinados tipos de relações”. Este conceito, como tratamos nos tópicos anteriores, é capaz de manter relações desiguais, sendo parte integrante da cultura e da educação. Com isso, a ideologia pode ser utilizada através de um viés justo e ético, sendo considerado positivo, como também sob um viés desigual, empregando um caráter negativo (Guareschi, 2007). A partir desse último, surgem as relações de dominação e os estereótipos de gênero, que consideram a mulher um ser frágil e que deve se dedicar ao lar e à família, abrindo, assim, margem para desigualdades de gênero, diferenças salariais, violência, falta de representatividade e desrespeito, como será melhor discutido adiante.

Guareschi (2007) postula que há diferentes formas de dominação, entretanto, faremos um recorte abordando a dominação cultural, tendo em vista sua relação direta com as desigualdades de gênero. Uma das formas da dominação através da cultura pode ser vista por meio do patriarcado, conceito já abordado anteriormente na página 6 do trabalho. Saffioti (2004, p. 47) defende que esse conceito pode ser definido como um “regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”, dizendo assim de uma relação hierárquica. A partir dessa conceituação, é possível pensar o patriarcado como estruturante das relações entre homens e mulheres, assim como da relação da

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

mulher com a sociedade, tendo em vista que suas escolhas e desejos ficam limitados. Narvaz e Koller (2006, p. 50), ponderam ainda que:

o patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social. O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos.

A subordinação da mulher, portanto, ocorre em diversas esferas e a desigualdade de gênero pode ser encontrada nos mais diversos cenários sociais. No âmbito do trabalho, em primeira instância, é notória a diferença salarial entre homens e mulheres, mesmo quando exercem a mesma função. Santana Mattos (2015, p. 271) defende que

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação, ou seja, existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o princípio hierárquico, que preconiza que o trabalho masculino “vale” mais que o trabalho feminino.

A desvalorização do trabalho da mulher, assim, é um fator que demonstra a substancialização da inferioridade feminina, que ocorre através da ideologia patriarcal e das normas sociais reproduzidas culturalmente. Além disso, a carga horária de trabalho da mulher representa um grande fator de sobrecarga, tendo em vista a dupla jornada na qual está inserida. Se cuidar da casa é algo considerado inato à mulher socialmente, cabe somente a ela este papel, sendo um trabalho invisível e não remunerado.

Ademais, quando consideramos a esfera doméstica, devemos lançar olhar para a violência de gênero, que pode se apresentar de diferentes formas e por meio de diferentes contextos. No caso da violência doméstica e conjugal, que ocorre normalmente sobre as mulheres, Santana Mattos (2015, p. 275) pondera que é “uma estratégia de controle e de poder que é genderizada, em vez de ser algo individual ou inerente às relações íntimas”. Tais condições ocorrem a partir dos estereótipos propagados socialmente, que consideram o homem como ser forte e as mulheres como sendo fracas, passíveis e merecedoras de sofrerem agressões, como forma de educá-las ao padrão

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

esperado. Além disso, há um ideal de domesticação imposto aos corpos femininos, os quais devem ser obedientes e subservientes aos homens. Saffioti (2004) pondera que um dos elementos oriundos desse modelo é o controle da sexualidade feminina, e tal configuração pode ser relacionada também com as formas de violência e de opressão existentes, como forma de garantir o controle sobre o corpo da mulher. Dessa forma, quando a mulher se comporta de maneira considerada subversiva, a violência surge como prerrogativa para a mudança de comportamento.

A violência de gênero pode ser materializada, para além da agressão física, pelas violências patrimonial, moral, psicológica e sexual. Todas estas implicam uma expropriação do poder da mulher e um apagamento de sua subjetividade. Como defende Faleiros (2007, p. 62):

O uso e abuso do poder patriarcal são exercidos duramente, por intermédio das mais variadas formas de violência, principalmente sobre as mulheres adultas que se desviam dos territórios (lugares, espaços, papéis, poderes) estruturados por esse poder.

Assim, há implicações subjetivas e concretas tanto para as mulheres que saem desta lógica, quanto para as que ainda estão inseridas nessa relação desigual de poder. Não é possível generalizar que a internalização de papéis ocorre da mesma maneira para todas as mulheres, e são inúmeros os exemplos que demonstram uma maior liberdade de escolha nos dias atuais. Entretanto, é possível identificar que na sociedade brasileira, ainda se tem como base a imposição de papéis.

Ao pensar na representatividade feminina, Zanello (2018) sugere voltar o olhar para as revistas presentes nas bancas de jornais, destacando as diferenças existentes naquelas destinadas às mulheres e nas destinadas aos homens. As revistas femininas costumam conter informações relacionadas ao corpo, contendo o culto à magreza, e aos relacionamentos amorosos, como se ambos fossem as coisas mais importantes para determinado público. Já os homens aparecem sendo destacados por seus trabalhos e funções sociais, além de ser possível identificar revistas de entretenimento contendo futebol,

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

jogos e outros. Diante desse cenário, vê-se que a representatividade feminina está inserida em um viés ideológico de manutenção de dominação.

Outro exemplo que demonstra tal cenário pode ser visto nas propagandas de cerveja, onde normalmente uma garçonete muito bonita serve diversos homens sentados em uma mesa de bar. Zanello (2018) reforça que a sociedade naturalizou tanto os papéis que devem ser desempenhados por homens e mulheres, que nem sequer percebe-se tal situação com estranhamento. Há, decerto, a propagação de uma objetificação do corpo feminino, considerado como um objeto capaz de satisfazer os desejos masculinos.

Estes fatores nos levam a ponderar sobre a subjetividade das mulheres, que estão sendo afetadas por inúmeras formas de pressão social para que desempenhem papéis e estereótipos ditos femininos: pressão estética, sexual, de trabalho, da maternidade, do matrimônio, entre outras. A partir do momento em que há uma determinação de como os indivíduos devem ser e de quais papéis eles devem desempenhar, cabe questionar o que ocorre com a subjetividade destes, suas formas de ser, estar, pensar e se colocar no mundo.

De acordo com a obra de Del Priore (2020), é possível identificar que a desconstrução do patriarcado começou a ocorrer com a escolarização das mulheres, sua entrada no mercado de trabalho, a contracepção, movimentos como o feminismo e as reivindicações LGBT, visto que a partir desses marcos, as estruturas hierárquicas começam a perder forças. Tudo isso culminou em novas reconfigurações familiares e novos papéis femininos, assim como em valores baseados no diálogo, e não mais na violência.

Posto isto, surge, de acordo com Lane (2006), a noção de consciência de si, possível de emergir a partir do momento em que o sujeito consegue perceber com estranhamento determinadas questões e começa, assim, a questioná-las. Ou seja, quando o sujeito busca refletir sobre os papéis que são ensinados socialmente, como aquilo que é o ideal, há a possibilidade de que ele veja que estes são utilizados para a garantia da manutenção das relações

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

de reprodução e dominação, como ocorre no cenário de gênero. Entretanto, essa percepção não advém de maneira fácil, visto que ao longo dos anos, determinados padrões vão sendo cristalizados socialmente, o que faz com que sejam vistos como naturais aos olhos da maioria das pessoas.

Dentro desse viés, Freire (1979) contribui com o conceito de conscientização, considerado como uma tomada de consciência desenvolvida de forma crítica. A partir disso, o sujeito começa a possuir um olhar diferente acerca da realidade a qual está inserido, a fim de conhecê-la, sendo possível assim, desmistificá-la. O filósofo (1979) pondera ainda que determinado conceito não se refere a estar frente a realidade apenas, mas buscar transformar o mundo, indo contra a estrutura dominante mantida por meio de ideologias existentes.

Portanto, é apenas através da consciência de si e do mundo e de uma educação libertadora que é possível compreender a realidade a qual a sociedade brasileira se insere, superando, assim, a estrutura patriarcal de dominação e subjugação das mulheres em detrimento dos homens.

## 2 METODOLOGIA

O presente artigo tem como metodologia a revisão de literatura do tipo narrativa. Uma revisão de literatura é caracterizada pela compilação de obras que discorrem sobre um tema, na qual o pesquisador dialoga com os autores escolhidos para a construção do trabalho (Brizola e Fantin, 2016). A revisão narrativa, especificamente, como defende Rother (2007), consiste na descrição e discussão do desenvolvimento de determinada temática, a partir do ponto de vista teórico ou contextual.

Dessa forma, o artigo reúne pesquisas relacionadas ao tema do papel social da mulher na sociedade, relacionando esse recorte com o campo da Psicologia Social. Diante disso, foi utilizada a obra “Sobreviventes e Guerreiras: Uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000”, de Mary Del Priore,

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

para se traçar um panorama histórico da constituição do feminino no Brasil. Além disso, o livro “O que é Psicologia Social”, de Silvia Lane, é uma das bases para a realização da interlocução do tema com a Psicologia Social, visto que traz o conceito de papéis sociais, demonstrando como a cultura, mediada pela educação, os reproduz. Outrossim, a obra “Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação”, de Valeska Zanello, será utilizada para demonstrar a mediação cultural nos processos educativos no que concerne as socializações primária e secundária. É importante destacar que outras obras foram abordadas ao longo do trabalho, entretanto, estas são as principais fontes utilizadas.

## CONCLUSÃO

Tendo em vista o crescente debate acerca dos papéis ocupados pelas mulheres na sociedade e a grande dicotomia existente entre a visão naturalista e a construtivista, o presente trabalho teve como objetivo analisar de que forma estes papéis são construídos, a fim de proporcionar uma discussão que englobasse fatores sociais, históricos e psicológicos. Para tal, utilizamos a metodologia de revisão narrativa de literatura.

Nesta revisão, foi possível identificar que, ao longo da história, as mulheres foram revestidas de expectativas e estereótipos que as encaixavam em papéis limitados ao espaço doméstico. Isso ocorreu desde o neolítico até os dias atuais em diferentes culturas, tendo em vista que o aparato biológico da mulher e sua capacidade de gerar foram relacionados a uma capacidade inata de serem mães, a um “instinto materno”. Além disso, foi possível observar que os papéis da mulher foram sendo atribuídos a partir de uma construção social, e não partem de uma aptidão natural. Traçamos, nesse sentido, uma linha do tempo que englobou a construção do conceito de gênero, a fim de demarcar como a identidade de gênero está inscrita em uma realidade recheada de fatores sociais, históricos, econômicos e políticos.

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

Ademais, pudemos compreender como a educação, seja a formal, seja a transmitida pelos grupos sociais e familiares, tem impacto direto e indireto na formação da subjetividade das mulheres e na internalização de papéis a serem seguidos por elas. Nessa perspectiva, utilizamos dos conceitos de educação e de papéis sociais para demarcar os impactos destes nas educações de meninas e meninos, demonstrando a diferença entre estas e as expectativas depositadas em cada um dos gêneros. Além disso, perpassamos pelas noções de status quo e manutenção das relações de dominação para demonstrar a existência de uma estrutura patriarcal.

Por último, definimos o conceito de patriarcado e o colocamos em diálogo com as relações ideológicas, traçando uma perspectiva relacional. Com isso, pudemos demonstrar como as desigualdades de gênero estão imbricadas nesta estrutura patriarcal, que utiliza da naturalização dos papéis da mulher para justificar as variadas formas de violência contra este público.

O presente trabalho não teve como objetivo propor uma mudança drástica a partir do que foi abordado, tendo em vista que a dominação foi construída, concretizada e naturalizada ao longo do tempo, e que a manutenção dela é feita pelas mais variadas instituições. Entretanto, a noção de consciência de si é essencial para a transformação das relações de dominação. Além disso, o feminismo se demonstrou como grande ferramenta de conquista das mulheres perante as normas sociais limitantes. Ambos estes fatores estão interligados e proporcionam a reflexão e o questionamento dos papéis impostos às mulheres, levando a uma transformação na realidade psíquica e concreta. Ao abordarmos tais questões, propomos o questionamento das relações de dominação e da naturalização dos papéis da mulher, compreendendo que estes não são naturais e que impactam diretamente na construção da subjetividade feminina.

**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

**THE SOCIAL ROLE INTENDED FOR WOMEN IN SOCIETY:  
NATURE OR LEARNING?**

*ABSTRACT*

*Contemporary times are marked by a diversity of arrangements and ways of being. In this context, women perform a range of functions, which often involve gender inequality. Despite women's achievements in recent centuries, there are still remnants of male oppression in contemporary relationships. In view of this, this study focuses on the social roles assigned to women in society. The main objective is to understand the social construction of these roles, in which culture uses education to naturalize and crystallize a gender ideal. To this end, a narrative review of the literature was conducted. Based on this research, it was understood that a change in the scenario is only possible with feminist demands and self-awareness.*

**Key-words:** Social roles – gender – education – naturalization – patriarchy

**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

**REFERÊNCIAS**

AFLALO, Hannah Maruci. Basta votar? A luta pelo voto feminino e o controle sobre a participação política das mulheres no Brasil. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 23, p. 313-364, 2018.

ARISTÓTELES. **Política**. 6ª. ed. São Paulo: Martin Claret, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: A experiência vivida**. 2ª. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BORGES, C. DE C.. Mudanças nas trajetórias de vida e identidades de mulheres na contemporaneidade. **Psicologia em Estudo**, v. 18, n. 1, p. 71–81, jan. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/9n7Jq6DBZsVsNMfg7SGqhBS/?format=pdf&lang=p>t. Acesso em: 18 set. 2024

BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **Revista de Educação do Vale do Arinos-RELVA**, v. 3, n. 2, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e Guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000**. São Paulo: Planeta, 2020.

DESOUZA, E.; BALDWIN, J. R.; ROSA, F. H. DA .. A construção social dos papéis sexuais femininos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 13, n. 3, p. 485–496, 2000.

FALEIROS, Eva. Violência de gênero. In: TAQUETTE, S. R. (org). **Violência contra a mulher adolescente/jovem**, Rio de Janeiro, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1996.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. O papel educativo das Igrejas na América Latina. In: FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B3GQrRvm4KXOM2pRYm05clRhN2M/view?resourcekey=0-UIN90LWoDf2fPlvSYdGqFQ>. Acesso em: 23 out. 2024.

## UNIPAC

### Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1S6aMX2diROfgpLwZSbLm9s8caACucBYq/view>. Acesso em: 23 out. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1uPbpmtueOkGd6mmUVZkKk5qF5vcC8\\_RA/view](https://drive.google.com/file/d/1uPbpmtueOkGd6mmUVZkKk5qF5vcC8_RA/view). Acesso em: 23 out. 2024.

GUARESCHI, Pedrinho. Relações comunitárias - Relações de dominação. In: FREITAS, Regina Helena de Campos (org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. 13ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

IACONELLI, Vera. **Manifesto Antimaternalista: Psicanálise e Políticas de Reprodução**. 1. ed. Cidade: Zahar, 2023.

LANE, S. T. M. **O que é Psicologia Social**. 6ª reimpr. da 22ª ed. de 1994. São Paulo: Brasiliense, 2006. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/139985/mod\\_resource/content/1/O-que-%C3%A9-Psicologia-Social.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/139985/mod_resource/content/1/O-que-%C3%A9-Psicologia-Social.pdf) . Acesso em: 3 out. 2024.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2016.

MACHADO, V.. As várias dimensões do masculino: traçando itinerários possíveis. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 196–199, jan. 2005

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H.. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 49–55, jan. 2006.

PINTO, Virgínia Cavalcanti et al. **Identidade feminina, família e profissão: a experiência de ser mulher na contemporaneidade**. 2005. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/219/1/Virginia%20Pinto.pdf> Acesso em: 18 set. 2024

ROCHA-COUTINHO, M. L. **Tecendo por trás dos panos: algumas estratégias de controle da mulher sobre a família**. 1992. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: PUC-RJ.

ROTHER, E. T.. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v–vi, abr. 2007.

**UNIPAC**

Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

---

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTANA MATTOS, A. I. Desigualdades de gênero: uma revisão narrativa. **Saúde.com**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 266-279, 2015. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rsc/article/view/372>. Acesso em: 24 out. 2024.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/257862/000037108.pdf?sequ> . Acesso em: 12 set. 2024

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2005. *E-book*. ISBN 9788572445115. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788572445115/>. Acesso em: 26 set. 2024.

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. **Petrópolis/RJ: Vozes**, 1995.

WELZER-LANG, DANIEL. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia**. Revista Estudos Feministas [online]. 2001, v. 9, n. 2 [Acessado 21 Novembro 2023], pp. 460-482. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>>. Epub 20 Maio 2002. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris Editora, 2018.